

**O PAN-AMERICANISMO E A ESCRITA DA HISTÓRIA BRASILEIRA****PAN-AMERICANISM AND THE WRITING OF BRAZILIAN HISTORY**

Resumo: Este artigo se insere na área da História da Historiografia. É fruto de uma pesquisa de doutorado sobre as relações entre a escrita da História do Brasil e o pan-americanismo (1889-1933). Os objetivos deste texto são: 1) Contribuir para a compreensão do papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no que se refere à aproximação entre os diferentes países das Américas na chave pan-americana; 2) Analisar a trajetória da constituição do pan-americanismo em problema historiográfico no IHGB. Para tanto, serão abordados, em linhas gerais, os temas debatidos no I Congresso Internacional de História da América (1922) e na Assembleia de criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-1933). Além disso, também será realizado um exame sobre o processo de reescrita da biografia de Alexandre de Gusmão. As fontes para esta análise são, majoritariamente, as atas de sessão publicadas nos anais dos referidos eventos.

**Gabriela Correa da Silva
Goettens**

Doutora em História pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS);
Professora do Instituto
Federal de Santa Catarina
(IFSC).
gabriela.correa@ifsc.edu.br

Palavras-chave: historiografia, Pan-americanismo, biografia.

Abstract: This article is the result of a doctoral research on the relationship between the writing of History of Brazil and Pan-Americanism (1889-1933). This text has two objectives: 1) To contribute to the understanding of the role played by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro in terms of bringing together the different countries of the Americas in the Pan-American key; 2) To analyze the trajectory of the constitution of Pan-Americanism in a historiographical problem at the IHGB. In order to do so, the topics discussed at the International Congress on the History of America (1922) and at the Assembly for the creation of the Pan-American Institute of Geography and History (1932-1933) will be addressed, in general terms. In addition, an examination will also be carried out on the process of rewriting the biography of Alexandre de Gusmão. The sources for this analysis are mostly the session minutes published in the annals of those events.

Keywords: Historiography, Pan-Americanism, biography.

 <https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1127.03>

Considerações iniciais

Este artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa de doutorado desta autora (Correa da Silva, 2019), cujo foco foi investigar a trajetória da constituição do pan-americanismo em problema historiográfico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante as décadas iniciais da Primeira República até o ano de 1933. Parte do pressuposto de que houve, especialmente na segunda década do século passado, uma busca por uma aproximação (sobretudo cultural e comercial) entre os países do continente. Este fenômeno esteve diretamente relacionado ao *pan-americanismo* – o qual pode ser definido como um ideário formulado pelos Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX que propunha a cooperação intelectual, cultural, política e comercial entre os países das Américas (Salvatore, 2016).

Levando em conta a liderança norte-americana, é evidente que este acercamento não estava destituído de interesses político-econômicos. Busca-se, contudo, apontar que esta busca por aproximação teve impactos para além da esfera comercial/econômica. Um destes efeitos foi a incorporação de determinadas temáticas à discussão historiográfica e à representação do passado elaborada a partir da escrita da história (e difundida pelo seu ensino). Desse modo, defende-se que, por estímulo desta conjuntura, o conhecimento histórico passa, cada vez mais, a ser encarado como um dos amálgamas desta planejada união entre os países das Américas.

Vários intelectuais brasileiros se mobilizaram em torno dos debates sobre este tema, em um momento em que a aproximação com os Estados Unidos era vista por muitos como um passo essencial em direção à estrada da modernidade. Os historiadores, na condição de integrantes da intelectualidade brasileira, contribuíram para pensar o passado, presente e futuro do Brasil e da América na chave pan-americana. As linhas a seguir tem o intuito de compartilhar com as pessoas que tenham interesse neste tema o percurso investigativo que torna possível esta afirmação.

1. O IHGB e o I Congresso Internacional de História da América de 1922

Segundo Lúcia Guimarães (2007), no encerramento do Primeiro Congresso de História Nacional (1914), os sócios do Instituto, Max Fleiüss e Afonso Arinos, demonstraram preocupação com a contribuição do IHGB ao centenário da Independência. É neste momento que é formulada a proposta de realização de um Congresso de História da América, no ano de 1922: o encontro científico deveria reunir especialistas de todos os países do continente, com o objetivo de fazer uma reflexão conjunta acerca dos destinos do Novo Mundo. O projeto foi bem acolhido pelo presidente da instituição, Afonso Celso, que nomeou uma comissão encarregada de estudar a sua viabilidade. O evento recebeu patrocínio do Ministério das Relações Exteriores e a adesão da União Pan-americana de Washington. Na Argentina, contava com a colaboração de um delegado especial, o decano da Faculdade de Ciências e Educação da Universidade de La Plata, Ricardo Levene.

A preocupação com as comemorações do centenário da Independência do Brasil pode ser percebida nas falas dos sócios desde fins do século XIX. Antes de ser proposta a organização de um Congresso, os sócios do IHGB já vinham trabalhando na elaboração de um *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, publicado em comemoração ao centenário da independência. Além disso, um acontecimento novo ocorreu no ano de 1916, quando foi encontrado, nos arquivos do Barão do Rio Branco, os originais da *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. A partir disso, os organizadores das comemorações do centenário da independência, vinculados ao Instituto e engajados na divulgação da interpretação de Varnhagen sobre a história nacional, idealizaram um evento, estruturado em 18 conferências, para comemorar os centenários de todas as grandes datas do ano de 1822. Esta proposta partiu de Max Fleiüss. O evento foi uma espécie de complemento da História da Independência, de Varnhagen¹.

O I Congresso Internacional de História da América ocorreu entre 7 e 15 de setembro de 1922. Este evento foi, no entender de Lúcia Guimarães (2007), uma forma

¹ Segundo Lúcia Guimarães (2007) o ciclo, contudo, também resgatou a atuação dos irmãos Andrada no episódio da Independência, o que contrariava a interpretação de Varnhagen. Para a autora, esta e outras abordagens sugerem o divórcio do IHGB com as concepções oitocentistas ali construídas.

de diplomacia cultural. A decisão de convocar tal Congresso, para esta autora, deu continuidade ao programa de trabalho inaugurado por Rio Branco no IHGB² no que se refere à preocupação com a problemática americana. Os organizadores do Congresso de História da América pretendiam identificar nos domínios da história um “denominador comum” (GUIMARÃES, 2007) entre o Brasil e os demais territórios americanos. A fim de concretizar esta nova tendência, a direção do IHGB propôs um projeto coletivo de escrita da história da América intitulado “Anteprojeto de bases para a elaboração de História da América”. Planejava-se, então, a produção de uma grande síntese da “marcha evolutiva da civilização no continente americano”, acentuando, sobretudo, “os seus pontos comuns”. (Guimarães, 1997, p. 224)

Segundo Lúcia Guimarães, a obra coletiva, a despeito dos esforços dos letrados brasileiros, não foi concretizada. Apesar disso, é possível observar que a existência do Congresso, o tom das manifestações dos sócios do instituto sobre o evento e as iniciativas por ele ensejadas apontam para a expressiva presença de debates em torno do pan-americanismo no IHGB da Primeira República. O seu desdobramento imediato era a necessidade de constituição de uma história comum para os povos americanos. Houve, portanto, um estímulo ao desenvolvimento do sentimento pan-americano. Este desejo pode ser visto a partir da análise das atas de sessão³.

Nas primeiras sessões preparatórias ao Congresso estiveram presentes, além de representantes brasileiros, participantes da Argentina, dos Estados Unidos, da França, do

² O Barão do Rio Branco foi presidente do IHGB de 1908 a 1912.

³ É pertinente mencionar que o contexto de realização do I CIHA e da Assembleia de criação do Instituto Pan-americano de Geografia e História não esteve relacionado apenas à conjuntura nacional e internacional de aumento do interesse pelas relações interamericanas, expresso, por exemplo, no pan-americanismo. A experiência do entreguerras, sobretudo dos horrores da Primeira Guerra Mundial, é também fundamental para compreendermos a atmosfera em que se desenvolvem os eventos a serem analisados neste capítulo. O ambiente intelectual brasileiro foi, evidentemente, impactado pelo conflito de proporções mundiais. No caso dos meios letrados brasileiros, a guerra foi significativamente importante para intensificar a reflexão sobre os modelos estrangeiros com os quais o país se identificava. Nesse sentido, cabe mencionar a interpretação de Mônica Velloso (1993). A autora aponta que o conflito levou a alterações fundamentais na forma de se pensar o Brasil. A crise de valores do cenário europeu manifestou-se no país com a evocação, pelos intelectuais, do discurso da nova *versus* a velha civilização. Era necessário que o jovem Brasil superasse o atraso e a dependência cultural. A “Grande Guerra”, lida como sinal de decadência da civilização europeia, era interpretada como o advento de uma nova Era, na qual a América exerceria o papel de líder mundial. Veremos, nas páginas a seguir, que o receio de que a América repetisse a beligerância europeia motivou a manifestação de diversos congressistas. A América, unida e solidária entre si, deveria ser um exemplo de paz para o mundo.

Canadá, da Colômbia e da Venezuela. Nos anais do evento, compostos por nove volumes, foram publicados os mais de noventa trabalhos apresentados.

A Sessão Solene de instalação do I CIHA ocorreu no dia 8 de setembro de 1922. Estiveram presentes neste dia diversas autoridades, entre as quais o presidente da República brasileira, Sr. Epitácio da Silva Pessoa, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Charles Evans Hughes, o Sr. John Tilley, embaixador da Inglaterra, o Sr. Eufrasio Losa, embaixador da Argentina, e o ministro Rafael Maria Arizaga, do Equador.

O discurso de abertura foi proferido pelo presidente do Instituto, o Conde de Afonso Celso. A fala é bastante voltada ao centenário, fazendo uma síntese da história brasileira. O orador inicia comparando a Independência à abolição da escravidão, no sentido de que ambos os eventos seriam o ápice de um processo, cujas etapas já vinham sendo observadas desde há muito. Entre as personagens principais deste momento de desfecho são citadas, além de Dom Pedro I, a imperatriz Dona Leopoldina e José Bonifácio de Andrada e Silva. Além destes, não são esquecidos os “mártires” do processo, os quais eram, segundo o anfitrião:

(...) Felipe dos Santos, em 1720; Tiradentes, em 1792; os revolucionários de Pernambuco, em 1817; a madre Joana Angélica, em Fevereiro de 1822. Inclinem-nos ante luminares da nossa história; honremos os serviços de D. João VI, de D. Pedro I, da princesa Leopoldina, sem esquecer os dos governos da metrópole, que se esforçaram por manter unida a imensidão brasileira. Enalteçamos os indígenas que hospitaleiramente acolheram os descobridores e de quem procederam os mamelucos e bandeirantes, emulos dos Colombos e dos Gamas, no devassarem e conquistarem o brávio sertão; os jesuítas, defensores dos índios; os negros, que valiosíssimo contingente nos trouxeram ao trabalho e, durante sessenta anos, sustentaram a república livre dos Palmares. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.43)

Ao enunciar o objetivo das comemorações em torno da Independência o orador indica as pretensões supranacionais do evento, uma vez que menciona o esforço por pensar o país em seu contexto americano. Segundo ele, buscava-se mostrar que o Brasil:

(...) cioso de sua liberdade, preza também sobremaneira a solidariedade fraternal com todos os povos do continente, povos cuja história, na era pré-colombiana, na colonização, nas lutas da independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira. Daí, identidade também de interesses e aspirações. Torna-se o Novo Mundo o renovador do Mundo; institua-se a paz americana,

mais *augusta e gloriosa* do que a paz octaviana dos Cesares, – a paz da democracia, do trabalho, do progresso moral, *a paz com que os anjos saudaram o Natal do Messias*. E, na verdade, caberá a América uma *missão messiânica*: a de *evangelizar* e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o gênero humano; a de fazer as suas vinte uma nações atingirem o ideal, *à semelhança das doze tribos de Israel* que, através de tantas vicissitudes chegaram à *terra da Promissão*. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.44, grifos meus)

Chama bastante a atenção o vocabulário escolhido pelo presidente do Instituto, principalmente pelo recorrente uso de metáforas religiosas. Esta marca de sua narrativa já foi observada por diversos autores, entre os quais Lúcia Guimarães (2002), Hugo Hruby (2007) e Lúcio Nascimento (2017). A partir da leitura dos pronunciamentos de Afonso Celso, é possível observar que este discurso religioso é especialmente mobilizado em trechos que buscam instrumentalizar uma leitura conciliadora e pacificadora das relações entre o Brasil e os vizinhos. Conforme os trechos grifados na citação acima, observamos que as nações da América são comparadas às *tribos de Israel* e a América comparada à *Terra Prometida*.

A conclusão da fala de abertura do evento aqui analisado, conforme aponta Nascimento (2017), se dá com a argumentação de que a função do Instituto, naquele momento, era similar à de José Bonifácio na independência: auxiliar o estadista em suas ações. Com isso, Afonso Celso retoma uma ideia que estava presente desde a fundação do IGHGB: a função do Instituto era auxiliar na formulação do projeto de nação “E a metáfora serviria, naquele momento, para lembrar o papel que o IHGB deveria assumir nos tempos da república deveria ser próximo daqueles que possuía nos tempos do Império.” (NASCIMENTO, 2017, p. 234)

O trabalho do Instituto não era exaltado apenas nas falas dos sócios brasileiros. Foram muitas as manifestações dos delegados estrangeiros destacando a importância da iniciativa tomada pelo órgão no sentido de promover a realização de um evento que possibilitava o diálogo entre diversos países. Uma das figuras mais participativas nesse sentido foi Ricardo Levene⁴, representante da Argentina.

⁴ Segundo Maíne Lopes (2015), Ricardo Levene participou do processo de profissionalização da História na Argentina. Além disso, integrou e dirigiu diversas instituições histórico-culturais, onde atuou como pesquisador e buscou promover a difusão do conhecimento histórico.

Na primeira sessão plena, realizada no dia doze de setembro de 1922, o argentino, na condição de delegado da *Junta de História e Numismática de Buenos Aires*, fez a entrega dos diplomas de sócios correspondentes dessa associação aos Srs. Conde de Afonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiüss, Alfredo Bernardes da Silva e Eugenio Egas. Nesta ocasião, inicia sua fala destacando o papel referencial do IHGB, que funcionaria como um modelo para as instituições similares na América. Em seguida, Levene aproveita o momento para expor o estado atual dos estudos históricos na Argentina (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.47). A conclusão de seu discurso vai ao encontro das falas que buscavam destacar a aproximação entre os países da América.

Na sequência de falas, quem começa agradecendo, em espanhol, é o Sr. Manuel Cícero. É a vez dos novos sócios correspondentes tecerem elogios à Junta de História e Numismática Americana. O também sócio do IHGB manifesta seus votos de que, cada vez mais, se estabelecessem vínculos de solidariedade brasileiro-argentina e que se intensificassem, cada dia mais, o recíproco conhecimento dos dois países. Conde de Afonso Celso, ao se manifestar, se diz representado pela fala de Manuel Cícero. Max Fleiüss, por sua vez, desenvolve longo discurso destacando que Bartolomé Mitre, “nosso aliado em 1865” e fundador da instituição a qual Levene representava, fora também sócio do IHGB. Segundo ele:

Toda a história política, social e econômica desses dois grandes, ricos e prósperos países da América – Argentina e Brasil – no seu assombroso desenvolvimento, função lógica da liberdade que alenta a todos nós, povos americanos, se guarda e se traduz fielmente nas duas prestantes instituições de culto à memória das coisas pátrias, que o eminente Dr. Bartolomé Mitre fundou em vossa terra em 1891 e o Marechal Cunha Mattos, o Cônego Januario da Cunha Barbosa e o Visconde de S. Leopoldo, patrioticamente criaram entre nós em 1838, nos últimos anos do período regencial da menoridade de D. Pedro II. *Mais do que os louros e trofeus da diplomacia e das armas, o convívio intelectual de duas associações científicas como estas, aproxima e retempera, pela concórdia social, o espírito de solidariedade e de confraternização internacional.* (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 53, grifos nossos)

As participações de Fleiüss são as que mais esforço demonstram a fim de estabelecer um sentido de “confraternização internacional” para o Congresso de 1922 – isso ficará mais evidente na análise que será feita adiante sobre o discurso de encerramento do evento. O ponto de partida é, sem dúvida, o pertencimento patriótico, mas há também um

esforço permanente por solidificar laços mais amplos, sempre apelando a um passado comum: seja pelo militarismo, quando faz alusão à Guerra do Paraguai, seja pelas relações intelectuais/institucionais. Dessa forma, coroando as falas decorrentes da entrega dos diplomas de sócios correspondentes da *Junta de História e Numismática Americana* por Ricardo Levene é aprovada a seguinte proposta:

Considerando que o Congresso de História da América, reunido na metrópole brasileira por ocasião do 1º Centenário da Independência Nacional, além de festejar condignamente o glorioso acontecimento, vem contribuir eficazmente para que ainda mais se estreitem os laços da fraternidade americana;

Considerando que é da História o ensinamento de que o progresso humano se caracterize, sobretudo, pela preponderância, cada vez maior, da paz sobre a guerra, mediante o concurso da poesia, da ciência e da indústria;

Considerando que a fraternidade universal é a base primordial sobre que repousa esse progresso, porque assegura plenamente a ordem interna das nações e sua mútua confiança;

Considerando que é a fraternidade americana elemento primordial no advento da paz universal, pois a demonstração teórica, formulada pelo autor de “A missão Americana”, do papel do Novo Mundo na conquista dos ideais da humanidade, se vem afirmando praticamente pelo ascendente iniludível da coletividade americana, como baluarte da civilização e último reduto das esperanças universais;

Proponho sejam os primeiros atos do Congresso da História da América, depois de solenemente inaugurado:

a) Um voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela iniciativa e a organização de um tão útil empreendimento;

b) Um voto de congratulações aos Institutos congêneres das nações americanas pelos serviços já prestados pelos respectivos povos à colaboração da América na realização dos ideais da humanidade e de esperanças, como significação de um compromisso tácito do esforço coletivo para as realizações da missão do Novo Mundo. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1922 – Antônio Figueira de Almeida. Aprovado unanimemente. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 53-55)

É interessante a menção, na proposta acima transcrita, ao livro intitulado “A Missão Americana”, escrito por Theodoro Figueira de Almeida. Segundo Livia Pires (2014), o autor foi fundador da Liga Americana pela Paz. Apresentando um programa pacifista em sua essência, a Liga pretendia defender a exclusão do continente americano da Primeira Guerra Mundial, assim como a construção de uma postura política independente da Europa, unindo todos os Estados americanos em uma ação comum. A união americana seria, assim, imprescindível não apenas para fortalecer cada um dos

países internamente, mas para apresentar uma nova Era das relações internacionais, onde assumiria uma postura de liderança.

Ao analisar o discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no periódico fluminense *Jornal do Comércio*, Livia Peres indica, a partir do estudo dos posicionamentos de Rodrigo Octávio Langaard de Menezes, Clovis Bevilacqua e Theodoro Figueira de Almeida, uma vinculação entre o discurso a favor da neutralidade e o pan-americanismo. Como sabemos, os discursos em prol da neutralidade (que tinha Oliveira Lima entre seus defensores) foram vencidos e o Brasil entrou no conflito após romper relações diplomáticas com a Alemanha, em abril de 1917. Mas as relações entre esta postura e o pan-americanismo parecem ter sobrevivido ao conflito, uma vez que podemos observar, a partir da análise das fontes, esta imbricação entre ambos os discursos no I CIHA, em 1922.

Nesse sentido, é importante notarmos o que afirma Lúcia Guimarães (2007), quando interpreta a proposição de escrita de uma História Geral da América, lida pelo Conde de Afonso Celso ainda durante a primeira sessão plena do dia 12 de setembro: “se a dita *comunhão intelectual* parecia constituir a via mais promissora para consolidar os princípios políticos da doutrina do pan-americanismo, a história se afirmava como fio condutor ideal para legitimá-la.” (GUIMARÃES, 2007, p. 160)⁵.

Na sequência do evento, na sessão solene de encerramento, realizada em 15 de setembro de 1922, foram muitos os discursos que indicaram o caráter de “comunhão” do Congresso. Afonso Celso, por sua vez, lê uma proposta que, segundo aprovação dos presentes, deveria ser mencionada no dia do encerramento:

O Congresso Internacional de História da América, em sua segunda e última sessão plena, invocando em sincero e respeitoso culto, os nomes dos vultos gloriosos, que concorreram para a vida e prosperidade dos países americanos, emite um voto expressivo de paz, para que se estreitem, cada vez mais, os laços de perfeita cordialidade entre estes países, orientando-se todos no sentido de se desenvolver, rigorosamente, uma política de intercâmbio comercial, industrial, econômico e intelectual, em relações mais frequentes e diretas, que

⁵ Juntamente com esta proposta, foi aprovada a indicação de autorização para que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pudesse celebrar, o mais brevemente possível, os acordos necessários para que fosse escrita a *História Geral da América*, na conformidade do disposto no Regulamento Geral do Congresso e do plano que foi aprovado. Um quadro com o anteprojeto para elaboração da História Geral da América pode ser encontrado em Lúcia Guimarães, 2007, p. 159.

facilitem, em reciprocidade, o completo conhecimento de cada um e incrementem o progresso, a grandeza e a felicidade dos povos. – José Bonifácio. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 226)

Na qualidade de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o orador declarou que esta proposta sintetizava não só os desígnios do Congresso Internacional de História da América, mas também todo o programa e constante esforço do Instituto. Mais ainda, sintetizava os ideais do Brasil naquele momento de sua evolução histórica. Não passa despercebido o nome de quem assina a moção: José Bonifácio, deputado federal por Minas Gerais. O presidente do IHGB afirma que ela poderia, coerentemente, ter sido subscrita pelo outro José Bonifácio, pelo “patriarca, pelo organizador da nacionalidade brasileira.” (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 226)

Além da menção frequente ao nome de José Bonifácio ao longo do Congresso, a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acompanhada por diversos sócios, compareceu, no dia sete de setembro de 1922, ao monumento em sua homenagem, no largo de São Francisco. Na ocasião, foram ali depositadas flores naturais, como signo de homenagem ao Patriarca da Independência. Naquele dia, Ricardo Levene discursou em sua homenagem, designando-o como “herói civil da América.” Conde de Afonso Celso também discursou, dando-lhe posição de destaque na história da América:

Não lhe iluminam a biografia os triunfos militares, as façanhas épicas de um Bolívar, ou de um San Martín; mas, na luta civil tão renhida, tão arriscada, tão benemérita quanto a militar, revelou coragem cívica, qualidades de comando, tamanha superioridade como aqueles insígnios americanos, cuja alma, qual a de Washington, apresentava estreitas afinidades com a dele, pertencendo todas a mesma estirpe de sumidades morais. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 233)

Também receberam homenagens semelhantes Dom Pedro I e a Imperatriz Dona Leopoldina. Mas é a figura do “patriarca” que é eleita para representar o Brasil em uma perspectiva transnacional: é o herói da pátria que também atuou na promoção de valores e princípios gerais, podendo figurar na coleção “Pan-american Patriots”, iniciativa da União Pan-Americana⁶.

A medida que o evento foi chegando ao fim foram sendo intensificados os discursos no sentido de consolidar a interpretação de que o IHGB, ao promovê-lo, estava

⁶ Sobre esta coleção ver CORREA DA SILVA (2020).

sendo, ao mesmo tempo, patriota e solidário às iniciativas de cooperação continental. Os potenciais político-pedagógicos da história são intensamente mobilizados⁷. É a partir do conhecimento histórico que a sociedade introjetaria a ideia de solidariedade do tempo e que chegaria à solidariedade no espaço.

O sentimento de vida comum entre os contemporâneos que habitavam a América, portanto, dependia da investigação do passado. É interessante observar a semelhança entre as ideias presentes nos discursos de vários participantes do Centenário da Independência com a argumentação de Benedict Anderson (2008) sobre a definição de nação: comunidade política imaginada, limitada e soberana. Na apresentação do *Novo Mundo* em uma relação de oposição com o *Velho Mundo* parece haver uma extrapolação da descrição dada por Anderson – dos vínculos predominantemente nacionais para os laços continentais. É possível, também, afirmar que o discurso produzido e incentivado pela União Pan-Americana se manifesta nos Congressos que buscam estimular a solidariedade interamericana. Há, inclusive, um esforço deliberado de construção de ancestrais comuns. Tal esforço é, como adverte Anne-Marie Thiesse (2001), a base dos discursos identitários regionais e nacionais.

Independentemente da inspiração nos processos de constituição das nações, o Congresso de 1922 foi, como afirma Guimarães (2007), um caso bem-sucedido de diplomacia cultural. Por fim, cabe aqui mencionarmos o discurso de Max Fleiüss no banquete aos congressistas. Nele o autor faz um balanço dos significados do Congresso:

É no continente americano, meus senhores, berço glorioso da liberdade humana, terra de Chanaan [sic] dos direitos do homem, que o culto do passado, a grande obra de ressurreição dos fatos históricos assume proporções grandiosas; é na pátria das democracias que a história dos povos se transforma na epopeia da moderna civilização, como a mais pujante expressão da vida. É principalmente na terra livre da América não trabalhada nem dividida ainda por ódios políticos, que as embaixadas da paz e da Ciência, os grandes congressos internacionais, como o de História da América, que se acaba de reunir em nossa pátria, como significativa consagração de seu primeiro século de emancipação política, traduzem o mais seguro elemento de êxito para a solidariedade intercontinental, de maior eficácia que a de quaisquer outros serviços de aproximação diplomática. Não há, pois, vocábulos de louvor com que exaltar a importância e a significação do Congresso Internacional de História da América, sob o ponto de vista do intercâmbio intelectual e da amizade recíproca entre as nações co-

⁷ Ver, por exemplo, a manifestação de Manuel Cícero, RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 228,

irmãs do Novo Mundo; vale por um tratado de comércio de ideias e cordialidade fraternal. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 234-235, grifos nossos)

Na continuidade de sua fala, Fleiüss investe no argumento de que, diante da crise pela qual atravessava o Velho Mundo, a América se tornava “o centro de atração de todas as forças vivas da humanidade”. Sobre ela voltavam-se as atenções. O Brasil, por sua vez, tinha papel central: terra hospitaleira e boa, seu povo era unido e forte, liberal e amigo da paz, sem histórico de guerras de conquista. Quando se envolveu em conflitos, foi para libertar nações oprimidas pelo despotismo (o exemplo aqui é a Guerra do Paraguai). Menciona a atuação da diplomacia brasileira, com especial menção à figura de Rio Branco, como sendo um dos elementos responsáveis pela relação amistosa que o Brasil desenvolvia com seus vizinhos.

Em seu discurso Max Fleiüss novamente faz referência ao plano de escrita da *História Geral da América*. Mesmo não sendo traduzida para a prática visto que, “ao que tudo indica, a iniciativa se perdeu no cipoal da diplomacia” (GUIMARÃES, 2007, p. 160), a proposta do Congresso de 1922 pode ser lida como uma busca por aproximar, por meio do conhecimento histórico, os países das Américas. Também é possível afirmar que a própria realização do Congresso pode ser lida como um movimento de aproximação. De qualquer forma, outras medidas foram tomadas a fim de criar um órgão específico de cooperação entre as instituições científicas americanas: o Instituto Pan-Americano de Geografia e de História, sediado na cidade do México. Desse modo:

Passava para a esfera de atuação do novo organismo dar continuidade ao programa de pesquisa e edição aprovado no Primeiro Congresso Internacional de História da América. Como prêmio de consolação, restou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promover a assembleia inaugural da recém-criada entidade, em 27 de dezembro de 1932. (GUIMARÃES, 2007, p. 160)

Veremos, na seção a seguir, como foi gestado este órgão supranacional que acabou ficando responsável pelas investigações históricas e geográficas relativas ao continente americano.

2. O Instituto Pan-americano de Geografia e História (1932-1933)

“Obedecendo ao irrevogável lema da filosofia socrática, este Congresso testemunha que a América quer conhecer-se a si própria, fisiológica e psicologicamente, no espaço e no tempo.”

(*CELSO, Afonso; RIHGB, 1934, p. 27*)

No dia 26 de dezembro de 1932 ocorreu a sessão preparatória à Assembleia inaugural do IPGH. Nesta ocasião estiveram reunidos, no IHGB, Manuel Cícero Peregrino da Silva, sócio da instituição anfitriã; Alfonso Reyes, embaixador do México; Wallace Atwood, delegado do governo dos Estados Unidos e da União Pan-americana; Pedro Sánchez e Otavio Bustamante, respectivamente diretor e vice-diretor do Instituto Pan-americano, ambos delegados do governo do México. Manuel Cícero, presidente da Comissão Organizadora da Assembleia inaugural do IPGH, ao saudar os presentes e agradecer pela oportunidade, afirma que esta serviria para estreitar “os laços que nos unem, laços de confraternidade e de solidariedade” (RIHGB, 1934, p.7).

O IPGH seria formado por delegações dos diferentes Estados da América. Na assembleia preliminar, reunida na cidade do México em setembro de 1929, foram aprovados os Estatutos e resolveu-se que fosse realizada, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1932, a Assembleia Inaugural. A Assembleia, além de ser um momento solene de inauguração do novo Instituto, foi também um espaço para apresentação de trabalhos acadêmicos. Ela contou, para tanto, com as seguintes sessões: 1) Topografia, Cartografia e Geodésica. Geomorfologia; 2) Geografia humana e etnogeografia. Geografia histórica. Geografia biológica. Geografia econômica; 3) Pré-história, História pré-colombiana e Arqueologia. História da época colonial; 4) História da emancipação das nações americanas. História da época independente.

Os países estrangeiros que enviaram delegados foram os Estados Unidos, Bolívia, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, México, Paraguai, Peru, São Salvador e Bolívia. Além disso, o evento contou também com a presença de muitos representantes de instituições brasileiras.

Na sessão solene de abertura, realizada no dia 27 de dezembro de 1932, coube ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Afrânio de Mello Franco, o discurso de abertura. Esta fala é bastante esclarecedora no que se refere à postura do governo brasileiro frente ao pan-americanismo. O ministro começa argumentando que dizer o nome da capital brasileira, em si, já evocava cerca de meio século de política pan-americana, a política tradicional da República. Além disso, sustenta que desde o Império não foi outra a tendência do Brasil, nação eminentemente pacifista e continental. Foi, porém, nos dias do novo regime:

Que a Chancelaria do país pode coordenar os impulsos e as tradições da alma brasileira, no sentido de uma política de maior solidariedade moral, íntima e afetuosa, com os povos americanos. Essa política nunca foi razão para a quebra de outros laços de amizade com as demais nações não americanas. Há, entretanto, sob o céu da América, um sentido especial da civilização moderna, que explica o fenômeno moral pan-americano. (RIHGB, 1934, p.19-20)

A escolha da capital do Brasil para a assembleia inaugural é vista por Afrânio de Mello Franco como reconhecimento do “espírito profundamente americano” de que estaria imbuída a vida do país. Ademais, o orador faz menção à memória de Rio Branco como sendo o principal propugnador da política pan-americana no Brasil. Ao longo do discurso, a América é também apresentada como sinônimo de esperança. Exemplo disso seria a sua abertura histórica à imigração e à colonização. Nas palavras do autor:

Entre nós, todas as dissensões têm, irresistivelmente, aparência doméstica. Os ódios, neste lado do mundo, não duram. O pragmatismo cordial da vida cotidiana vem logo varrer na memória destes povos a imagem pouco simpática da desarmonia finda. Nossa história ensina que tudo, no continente novo, tende às atitudes cordiais do esquecimento e do perdão. Vem daí, dessa peculiaridade da psicologia da América, uma espécie de pan-americanismo instintivo. O pan-americanismo político resulta, portanto, de um pré-existente pan-americanismo sentimental. Esse nasceu simultaneamente no norte, no centro e no sul, em margens que dão para o Atlântico e para o Pacífico na alma das primeiras famílias e dos primeiros lavradores que aqui vieram fundar nações. A identidade, ou pelo menos a similitude, dos seus destinos e dos seus esforços, das suas vicissitudes e das suas vitórias, fez desses primeiros núcleos humanos, que depois se tornaram povos independentes, uma grande família continental. O Instituto Pan-americano de Geografia e História é um enorme instrumento de trabalho continental dentro dessa atmosfera. Seu fim é aprofundar o conhecimento científico do material humano e do material geográfico dos povos da América. (RIHGB, 1934, p.21)

A fala do presidente perpétuo do IHGB e vice-presidente do IPGH também é reveladora dos objetivos da fundação da agremiação supranacional. Bastante institucional, destaca a contribuição do IHGB para o conhecimento histórico e para a promoção das relações exteriores do Brasil. Inicia seu discurso justamente destacando a importância do papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fazendo referência ao Congresso de 1922. Em seguida, Afonso Celso passa a argumentar sobre a colonização da América. Sua interpretação é marcada por uma perspectiva bastante positiva dos eventos associados a este processo, inscrevendo-o em uma chave de leitura evolucionista: “O descobrimento da América constituiu – ninguém o desconhece – um dos magnos sucessos da evolução universal.” (RIHGB, 1934, p.26). Ele não ignora as destruições promovidas pelos colonizadores, mas as atenua em nome do progresso:

Destruíram-se, lamentavelmente, é certo, civilizações autóctones antiquíssimas. Não há, porém, progresso sem vítimas nem imolações, como não há parto sem sangue e sem dor [...]. E os perseguidos por motivo de religião na Velha Europa vieram aqui lançar as bases de uma das maiores nacionalidades do globo. *E os africanos escravizados angariavam aqui, ao preço resgatador do sacrifício, um futuro para os seus descendentes como estes não poderiam sonhar no solo de origem, legando-lhes pátria livre, onde a tudo lhes é lícito aspirar.* (AFONSO CELSO; RIHGB, 1934, p.27, grifos nossos)

A citação nos remete às considerações do pensador decolonial Aníbal Quijano (2009), para quem o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. Além disso, na argumentação deste intelectual, a colonialidade, um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Desse modo, um dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica sustenta-se em uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Levando em conta as reflexões de Quijano, é possível pensar esta representação do passado que incorpora o problema (historiográfico e político) do pan-americanismo como uma forma de manifestação da continuidade do processo de colonialidade/modernidade fundado na diferença e hierarquização racial. A maioria dos intelectuais citados nesta pesquisa parece estar bastante imersa nesta perspectiva colonial, moderna e eurocêntrica da organização do poder e do saber. Assim, após dar um sentido quase redentor à história da América, o presidente do IHGB se aproxima da interpretação sobre a escravidão contida na argumentação de Francisco da Rocha Pombo em seu *Compêndio de História da América*⁸. A mesma versão que foi denunciada e criticada por Manuel Bomfim aparece aqui novamente, assumindo ares de oficialidade⁹.

Na sequência de sua fala, Afonso Celso passa a analisar o significado da inauguração do IPGH. O investimento no discurso da unidade é intenso. A ausência – ou a negação – do embate é a tônica. Afonso Celso não esteve isolado. Grande parte dos pronunciamentos investiu nesta questão da unidade de interesses dos países da América, o que sugere que a criação do IPGH não estava descolada de outros esforços desenvolvidos desde o final do século XIX.

As declarações dos participantes do evento – acessível por meio da análise das atas de sessão da Assembleia Inaugural do IPGH–, nos remetem à definição de pan-americanismo proposta por Ricardo Salvatore (2016): movimento que buscou fomentar a criação de um sistema hemisférico de cooperação, tendo feito parte de um processo de “segunda descoberta” da América: representações textuais e científicas da região, mais tarde congeladas em conhecimento regional disciplinar, as quais constituíram um engajamento pela construção de um *império benevolente informal*. Parece pertinente afirmar que a criação do IPGH foi uma importante medida a fim de formalizar um espaço que tivesse legitimidade para desenvolver estudos no sentido de contribuir para a constituição das representações acima referidas.

⁸ Para uma análise desta obra ver CORREA DA SILVA (2019).

⁹ Um fenômeno importante a ser observado nos debates sobre a criação do IPGH é o da heterogeneidade de falas, que, como sabemos, é uma das marcas fundamentais de um *lugar social* (CERTEAU, 1982). A significativa atenção ao papel dos indígenas na formação da América é uma das características deste encontro e que, de certa forma, se diferencia das posições sustentadas por alguns sócios do IHGB. Isso pode ser observado a partir de algumas manifestações da representante do Museu Nacional, a antropóloga Heloísa Alberto Torres, e do representante do Paraguai, Fulgêncio Moreno. Em função do limite de páginas deste texto, não serão aqui desenvolvidas maiores análises sobre este ponto. Na tese que origina este texto, porém, é possível consultar alguns trechos de manifestações em relação aos povos indígenas.

Ao desenvolvermos estudos sobre a história da historiografia brasileira considerando o fenômeno do pan-americanismo, uma questão chama a atenção: os engajamentos e projetos em torno da questão pan-americana, fartamente estudados no período varguista, tiveram início na Primeira República. A reelaboração da biografia de Alexandre de Gusmão, a qual será analisada adiante, é sintomática deste interesse anterior à Era Vargas. É, também, indício da trajetória da configuração do pan-americanismo em problema historiográfico no IHGB.

3. Alexandre de Gusmão como fundador do pan-americanismo: a história nacional pan-americanizada ou a história pan-americana nacionalizada?

Busca-se argumentar nesta seção que foi no encontro oportunizado pela Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-33) que tivemos a consolidação da narrativa que associou a figura do diplomata Alexandre de Gusmão (1658-1753) ao pan-americanismo. Este movimento nos permite observar o esforço feito para pensar a história brasileira a partir de um referencial mais amplo (a história da América). Veremos, ao longo das próximas linhas, se tal intuito foi bem-sucedido.

Para sustentar este argumento, serão analisados, em ordem cronológica, os textos que evidenciam este empenho interpretativo. Esta seção será concluída com o exame da comunicação apresentada por Cesar Feliciano Xavier, representante do Club Naval na Assembleia Inaugural do IPGH¹⁰. Veremos que, na elogiadíssima tese intitulada “Três décadas da evolução histórico-social da América Portuguesa. Alexandre de Gusmão, o Pan-Americanista”, de 143 páginas, o autor incorpora diversas interpretações anteriores ao seu estudo e termina de consagrar a figura do diplomata como um símbolo dos “ideais pan-americanos”.

Alexandre de Gusmão, desde o período do Império, já era reconhecido como um dos “construtores da nação”. Esta pesquisa busca indicar que ao longo da Primeira República houve uma reapropriação de sua figura, que passou a ser pensada como símbolo de pan-americanismo e promotor das relações americanas. Isso é sintomático de algumas transformações políticas em curso nas relações exteriores do Brasil, bem como

¹⁰ Para um quadro com os títulos de todas as comunicações apresentadas ver CORREA DA SILVA, 2019, p. 223-227.

na forma de se pensar a história do Brasil no IHGB e em outros meios intelectuais (como, por exemplo, a Revista Americana). Vamos aos textos.

No ano de 1902 foi republicado na Revista do IHGB o estudo “*Da vida e feitos de Alexandre Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão*”, de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo. Tal texto havia sido originalmente publicado em 1841, quando o autor era presidente da agremiação. O estudo inaugura a questão mais importante destacada na biografia do diplomata: sua participação na elaboração do Tratado de Madri. Na narrativa do Visconde começa a se delinear a imagem de Gusmão como sendo um dos “construtores da nação”. Sua tarefa é sucedida por João Manuel Pereira da Silva, no livro “Plutarco Brasileiro” (1847), em que Gusmão é um dos biografados, contribuindo para consagrar o “ilustre brasileiro” e sua grande tarefa, a negociação do Tratado de Madri. Ambos os autores destacaram a grande personalidade e talento do diplomata brasileiro.

A questão da exemplaridade das vidas ilustres e das relações entre biografia e escrita da história no Brasil oitocentista já foi abordada por Temístocles Cezar (2003), Armelle Enders (2014) e Maria da Glória Oliveira (2015). Oliveira, citando Cezar, aponta que, neste contexto, é possível compreender os usos da biografia como parte da construção de uma *retórica da nacionalidade*, ou seja, como um conjunto de estratégias discursivas utilizadas com vistas a persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, partilhavam de um mesmo passado, e, por consequência, de uma mesma origem e de uma mesma identidade. Assim, conforme Temístocles Cezar (2003), a biografia no Brasil oitocentista contribui para a criação do *panteon* da nação, fazendo parte do regime de historicidade que orienta os planos historiográficos do IHGB: a história mestra da vida, promotora de exemplos a serem seguidos.

Entre os textos até aqui indicados e os próximos a serem mencionados, há uma mudança de regime político, mas a biografia, ainda que não tenha idêntico estatuto, continua a ser um gênero utilizado na escrita da história da nação. Nesse sentido, é profícuo atentarmos às considerações de Ângela de Castro Gomes (2009) sobre biografia, heroísmo e história pátria na Primeira República. Segundo a autora, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, assinalam, juntamente com a emergência de um projeto político republicano, a conformação de um projeto cultural de teor cívico-

patriótico que mobilizou parte importante da elite cultural brasileira. Nesse contexto, o livro *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, de Sílvio Romero (1890), que se torna sócio do IHGB em 1905, é significativo.

A organização da publicação é cronológica e apresenta sentido de evolução, apontando para o futuro do país. Utilizado como compêndio para as classes primárias, tece críticas à monarquia e elogio à República. Seu autor, porém, localizava os homens estudados em seu tempo e questionava os estudos biográficos que não davam valor às criações populares e anônimas. Para Gomes, o livro de Sílvio Romero é exemplar não apenas de uma literatura cívico-patriótica datada da virada do século XIX para o XX, como também:

De um tipo de escrita da história pátria que quer associar trajetórias individuais e coletivas, mostrando às crianças quem são e onde estão os ‘heróis’, sem os quais não se faz uma nação. De uma escrita ‘moderna’ da história, voltada para um projeto de futuro, mas que não abandona a dimensão do exemplo e a concepção de ser uma ‘mestra da vida’, ao menos de uma vida republicana. (GOMES, 2009, p. 120)

Tendo em vista tais considerações, entende-se ser plausível sugerir que ocorre, ao longo da Primeira República, a reescrita – mais no sentido de alargamento do que de correção – da biografia de Alexandre de Gusmão. Tal reescrita relaciona-se à cultura histórica republicana estudada por Gomes, marcada pela coexistência do desejo de futuro e de mobilização do passado em busca de exemplos de patriotismo e, acrescento eu, americanismo, necessários ao tempo presente.

Como dito acima, a partir da República há uma reorientação da política externa brasileira, que agora aponta para a América. Um caso interessante para esta pesquisa é a atuação do barão do Rio Branco, então cônsul brasileiro em Liverpool, na chamada questão de Palmas (1894), litígio entre Brasil e Argentina, em que fora negociador. Na exposição de motivos, contendo mais de duzentas páginas escritas por Rio Branco e apresentada ao árbitro, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, o Tratado de Madri é utilizado como inspiração para a paz e a civilização da América. Neste estudo, intitulado “Questões de Limites com a República Argentina”, há intensa utilização dos princípios acordados do Tratado de 1750, bem como de alguns mapas recolhidos naquela época. Segundo Fernando Castro (2007), a partir daí o tratado e seu negociador passam a ser cada vez mais associados aos princípios de solidariedade americana.

Nesse sentido, em 1914, nos anais do Primeiro Congresso de História Nacional, publicados em tomos especiais da Revista do IHGB, surge o texto “Apontamentos sobre a vida do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão”, de Helvecio Carlos da Silva, advogado e membro da comissão de História Diplomática deste evento. Novamente, é ressaltado o Tratado de Madri. Há, ao longo do texto, uma forte insistência na brasilidade de Alexandre de Gusmão e de suas intenções. A contribuição do autor da tese indica, por fim, “em poucas e singelas palavras, os traços da vida do primeiro brasileiro, que com tanta utilidade para a sua pátria, ocupou-se diplomaticamente da delimitação do nosso território.” (SILVA, 1914, p. 628)

Gusmão passa, a partir de um longo esforço de reinterpretação coletiva, a ser visto como o precursor do americanismo de Rio Branco. É importante, neste sentido, o texto do diplomata Araújo Jorge, colaborador de Revista Americana e da Revista do IHGB, de 1916, intitulado “Alexandre de Gusmão: o avô dos diplomatas brasileiros”. O pai era Rio Branco.

No ano de 1930, é publicado na França, fruto de conferências realizadas desde os anos 1920 no Brasil, o estudo intitulado *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la Politique Internationale*, de autoria do renomado jurista e sócio do IHGB Rodrigo Octávio Langgaard de Menezes (1866-1944). Este texto seria traduzido e publicado na Revista no ano de 1941. A tese central do autor é de que Alexandre de Gusmão foi um precursor do *monroísmo*, no sentido de evitar a intervenção europeia na América. Para comprová-la, o autor menciona o artigo 21 do Tratado de Madri, o qual previa que em caso de conflito entre as coroas espanhola e portuguesa, não haveria envolvimento das colônias americanas. A argumentação é reveladora:

E eu vos pergunto: - não é evidente que neste velho texto desconhecido se encontram definidos generosos princípios de alta política internacional que ultrapassam o sentimento do seu tempo? Não está nele fixado o sentimento de fraternidade americana sob os princípios de uma paz perpétua? Não se vê neles o mesmo espírito que meio século mais tarde inspirou Washington e os gloriosos formadores da grande nação norte-americana e se cristalizaram na palavra nítida e precisa de Monroe? [...]. Não se pode desconhecer, assim, que do dispositivo do Tratado de 1750 se desprendem os princípios fundamentais da mensagem americana de 1823: - a solidariedade continental pela concórdia e o alheamento da América das consequências das intrigas da política europeia, princípios fundamentais de onde decorreu o lema – A América para os Americanos. (OCTÁVIO, Rodrigo, 1941, p. 31-32)

No mesmo sentido do texto de Rodrigo Octávio se insere a já mencionada comunicação de Cesar Feliciano Xavier na Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-33). Neste texto, temos o desfecho final da pan-americanização do diplomata, a partir de agora “insigne Estadista Americano”, que atuou pela grandeza da pátria e, precocemente, em nome dos interesses da América. Está coroado assim o ancestral brasileiro do pan-americanismo.

O texto de Xavier é fortemente marcado pela exaltação da figura de Gusmão e pela argumentação de anterioridade do pan-americanismo no Brasil em relação à doutrina Monroe, o que é justificado com a citação de referências de autores que eram seus contemporâneos.¹¹ O mote para a análise da atuação de Gusmão é também o Tratado de Madri. Segundo Xavier:

Este “Tratado”, firmado no século anterior ao Congresso de Panamá, a sublime obra política do genial Bolívar; este “Tratado”, estabelecido século antes da célebre “Doutrina de Monroe”, é o apanágio do adiantado da civilização americana, é o incontestado testigo de caber ao Brasil a primazia daquilo que se chamou depois espírito pan-americano, e do qual a este Congresso, uma de suas mais fulgurantes consequências. (Revista do IHGB, 1939, volume III, p. 289)

É possível observar, assim, que há um esforço coletivo cuja finalidade era dotar o pan-americanismo “à brasileira” de densidade histórica. Nesse sentido, é útil destacar aqui parte do parecer da comissão avaliadora do trabalho, composta por diversos sócios do IHGB. O parecer é elucidativo:

Alexandre de Gusmão foi, incontestavelmente, no cenário da política americana, o primeiro estadista em cujo cérebro luziram as ideias pan-americanistas, com acentuado espírito de brasilidade, com relação ao Império Lusitano. Precursor de Monroe e Bolívar, na política americanista “foi provavelmente no mundo e seguramente na América, o estadista que por inigualável política de fraternidade não só adjudicou à sua pátria cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados [...] como também, assim agindo, ao mundo civilizado irrecusável prova deu, de que se o continente colombiano é o hemisfério da paz, como preconizara o nosso grandíquo Joaquim Nabuco, pan-americanista fulgurante, irrecusavelmente é o Brasil o pioneiro máximo dessa glória ímpar na política dos povos [...]”. Fez, pois, obra meritória o autor da tese em estudo, trazendo novamente à baila a figura empolgante de Alexandre de Gusmão, que nunca é demais lembrar e louvar e cuja efigie por feliz inspiração do Barão de Rio Branco, figura na galeria dos

¹¹ Como, por exemplo, o texto “O pan-americanismo no Brasil antes da declaração de Monroe”, de Heitor Lyra, publicado na Revista Americana em 1919.

grandes americanos, no Palácio do Itamaraty. Pelos motivos expostos, a contribuição do Sr. Comandante Cesar Feliciano Xavier, delegado do Club Naval, é digna do melhor acolhimento por parte desta douta Assembleia. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1932. – A. Tavares de Lyra, presidente. – Rodrigo Octávio Filho, relator (Delegado da República Dominicana. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) – Octavio N. Brito – Felix M. P. Sampaio – Rodolfo Garcia – Souza Docca – Alcides Bezerra – Alfredo Ferreira Lage – Mucio Vaz – Vanderley Pinho – Vicente Valdés Rodrigues – H. A. Torres. (PARECER, Revista do IHGB, 1939, volume III, p. 302-303)

A avaliação dos pareceristas nos auxilia a compreender que a opção feita é pela ênfase à vocação patriótica do “grande homem”. Isso significa que, antes de mais nada, é o caráter “brasílico” dos atos da figura em questão que é destacado. Segundo esta linha de raciocínio, seu trabalho foi, em primeiro lugar, um exemplo de brasilidade. Depois do valor patriótico, passa-se a destacar a consequência mais geral da trajetória do diplomata, que foi, na argumentação dos pareceristas e de Xavier, a promoção da paz na América. Dessa forma, Gusmão é colocado na vanguarda, sendo o precursor das ideias de Monroe e Bolívar. Esta construção narrativa leva à conclusão de que o movimento de interpretação sobre a biografia aqui em questão se deu mais no sentido de nacionalizar a história pan-americana – porquanto é oferecida uma posição de imenso destaque ao Brasil –, do que de pan-americanizar a história nacional.

Uma outra conclusão possível a partir das questões expostas até este momento é que, assim como observado por diversos autores que estudaram a escrita da história no século XIX brasileiro, entre os quais Manuel Salgado Guimarães (2011), Temístocles Cezar (2003; 2004) e Armelle Enders (2014), havia forte relação entre a política da nação e a escrita da sua história na Primeira República. A outra conclusão é que há uma marcante presença da noção de progresso na historiografia neste momento, sendo a promoção das relações americanas uma das suas manifestações, como uma escolha do presente e uma promessa de futuro.

Assim, considerando a afirmação de Koselleck (2014) de que não existe um só tempo na historiografia, mas uma multiplicidade de tempos, podemos interpretar a reescrita da biografia de Alexandre de Gusmão na seguinte chave explicativa: há uma camada temporal que dialoga diretamente com o presente e requer, portanto, a pan-americanização do diplomata, de modo que o Brasil tenha destaque e ancestralidade na construção de um sistema que, teoricamente, para se justificar, busca a promoção da paz,

considerada então uma das bases para o progresso na América. Há outra camada temporal que remete ao passado, que busca na figura e em seus atos lições para o presente. É a história ainda atuando como mestra da vida. O exercício de reescrita, por fim, está a serviço do tempo do futuro progressivo em que o Brasil atingiria uma posição importante no concerto das nações da América.

Para encaminhar a conclusão deste texto destaca-se que a análise aqui desenvolvida buscou ampliar a abordagem sobre a discussão em torno do pan-americanismo, recuando ao período inicial da República, compreendendo este período como fundamental para o seu desenvolvimento. Este esforço de escrita teleológica sobre os ideais de solidariedade americana não é individual e pode ser uma forma de compreendermos melhor a cultura histórica na Primeira República.

Considerações Finais

A última seção deste artigo examinou como se deu a construção historiográfica desta ancestralidade do diplomata enquanto figura representativa da *americanidade* brasileira. Observou-se que, para que esta representação pudesse ser desenvolvida, houve um longo e complexo percurso de habilitação da temática do *pan-americanismo* dentro do IHGB.

Tal percurso esteve relacionado a alguns fenômenos (identificados na pesquisa de doutorado que originou este texto), entre os quais podemos destacar: 1) A aproximação do IHGB aos temas caros à diplomacia do regime republicano brasileiro, facilitada pelo exercício da sua presidência pelo ministro das relações exteriores, o barão do Rio Branco; 2) A existência de complexas redes intelectuais e a mediação cultural de alguns indivíduos com múltiplas inserções institucionais; 3) A publicação de trabalhos sobre o pan-americanismo escritos por autores que, ou já eram sócios do IHGB, ou se tornaram afiliados a partir das publicações; 4) Os eventos organizados por esta agremiação, os quais, sugere-se a partir desta pesquisa, podem ser vistos como momentos propícios para estreitar os laços entre os países das Américas; e, finalmente, 5) Com a reelaboração de biografias de figuras como a de Alexandre de Gusmão.

Com efeito, é possível concluir que a incorporação do *pan-americanismo* como um problema historiográfico no IHGB tornou possível a elaboração de uma representação

específica sobre a inserção do Brasil na América. No caso da reinterpretação sobre a trajetória de Alexandre de Gusmão, por exemplo, é possível apontar que este movimento se insere em uma tentativa de repensar a representação do passado nacional, que ganha forma a partir da releitura da biografia deste que era então considerado um dos “heróis da pátria”.

Tomando como exemplo o estudo de caso desenvolvido na última seção deste artigo, observa-se que o Tratado de Madrid foi, por diversos autores, exaustivamente evocado como sendo a evidência fundamental das motivações altruístas e pan-americanas de Alexandre de Gusmão. Com isso, os historiadores brasileiros do século XX passaram a reivindicar a existência de uma preocupação pan-americana por parte de Gusmão, argumentando que ela já estava lá inscrita no documento desde o século XVIII. Ocorre que, como argumentado ao longo desta pesquisa, a preocupação com a agenda pan-americana era dos intelectuais do século XX, os quais, evidentemente, tinham como motivação problemas do seu tempo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. SP: Companhia das Letras, 2008. [1983].

ASSEMBLEIA Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume I, 1932-1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. **Pensando um Continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-RJ, 2007.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. “**Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX**”. **Métis: História e Cultura**. Vol. 2, nº 3, jan/jun/2003, p. 73-94.

_____. **Lição sobre a escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: **Diálogos: revista do Dep. De História da Universidade Estadual de Maringá**. PR, Vol. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

CONGRESSO Internacional de História da América. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, 1925, 9v.

CORREA DA SILVA, Gabriela. **O pan-americanismo e o projeto de construção de um passado comum para os países das Américas: Uma análise das atividades da União Pan-Americana através da coleção Pan-American Patriots**. *Estudos Ibero-Americanos*, 46(3), 2020, e36345. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.3.36345>

_____. **Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GOMES, A.G. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. **Um olhar sobre o continente:** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 20, 1997.

_____. **Militância política, providência e pragmatismo: a trajetória historiográfica do Conde de Afonso Celso.** Trabajo intelectual, pensamiento y modernidad em América Latina. **50º Congreso Internacional de Americanistas Varsovia 2000** (Simposio FIL-3)/Hugo Cancino, Claudio Bogantes, Nanci Leonzo. – Warszawa: CESLA, CLAS 2002. p.114-127.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Historiografia e nação no Brasil:1838-1857.** Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2011.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra:** a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, 352 p.

LOPES, Maíne Barbosa. **“Una página de historia eterna”:** a nação narrada pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. **História Unisinos**, 19(2):174-182, Maio/Agosto 2015.

MENEZES, Rodrigo Octávio Langgaard. **Alexandre de Gusmão e o Monroísmo.** **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, volume 175, 1941, p 5-69.

NASCIMENTO, Lúcio. **O Novo Florescer da Independência:** Afonso Celso e o Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922). **Revista Expedições, Morrinhos/GO**, v. 8, n. 2, mai./ago. 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Biografia e historia magistra vitae:** sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil Oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, nº 42, p. 273-294, dez. 2015.

PARECER. **ASSEMBLEIA Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História.** **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Volume I, 1932-1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939, p. 301-303.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Da vida e feitos de Alexandre Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão.** **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1902, tomo LXV, parte I, p. 377- 423.

PIRES, Lívia C. **Abaixo as armas!** O discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no Brasil (1914-1917). **Em Tempo de Histórias**, PPGHIS/UNB, nº 24, Brasília, Jan-Jul, 2014, p. 21-37.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e classificação social**. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

SILVA, Helvecio Carlos. **Apontamentos sobre a vida do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Primeiro Congresso de História Nacional, 1914, tomo especial, parte V, edição de 1917, p. 621-629.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Plutarco Brasileiro**. Rio de Janeiro: Em Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, 2 v, p. 207-224.

SALVATORE, R. **Disciplinary conquest: U.S. scholars in South America**. Duke University Press, 2016.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais**. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

VELLOSO, Mônica P. A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993, p. 89-112.

XAVIER, Cesar Feliciano. **Três décadas da evolução histórico social da América Portuguesa: Alexandre de Gusmão, o Panamericanista**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1939, volume III, p. 155-303.

Recebido em: 06/08/2022
Aprovado em: 14/10/2022



RLAH
Janeiro/Julho de 2022